

Introdução

“Nazistas, é isso o que vocês são, vocês expulsam os judeus de suas casas, vocês são piores que os árabes.”

Proferida em dezembro de 2008 por jovens judeus fundamentalistas residentes em Hebron, na Cisjordânia, que jamais tinham conhecido o genocídio,¹ essa acusação dirigia-se a outros judeus, soldados do exército israelense (Tshal), que tinham recebido ordens de evacuar seus compatriotas e que jamais, tampouco, tinham conhecido o genocídio.

“Nazistas piores que árabes”: essa frase contém os significantes fundamentais da paixão que não cessa de se espalhar de uma ponta à outra do planeta desde que o conflito israelo-palestino transformou-se na questão central de todos os debates intelectuais e políticos no cenário internacional.

No coração desses debates – e tendo como pano de fundo matanças, massacres, afrontas –, judeus extremistas insultam outros judeus tratando-os de “piores que árabes”. Isso mostra até que ponto eles odeiam os árabes, e não somente os palestinos, *todos os árabes*, isto é, o conjunto do mundo árabe-islâmico, e mesmo aqueles que não são árabes, mas que reivindicam o islamismo² em todas as suas variantes: jordanianos, sírios, paquistaneses, egípcios, magrebinos, iranianos etc. Judeus racistas, portanto, já que, nessa frase, comparam o que chamam de árabes – ou seja,

¹ Stéphane Amar, “Cette maison est à nous, ce pays appartient au peuple d’Israël”, *Libération*, 6 dez 2008.

² O islamismo é a terceira religião monoteísta, fundada no século VII por Maomé. Deriva do judaísmo e reivindica seus profetas, Abraão e Moisés, donde a apelação de religião abraâmica. O judaísmo é uma religião da *Halachá*, o islamismo uma religião da *charia*: em ambos os casos, a lei promulgada por Deus rege a vida do crente: direito, culto, ética, comportamento social. A palavra “muçulmano” designa as pessoas que professam o islamismo. O adjetivo “islâmico” remete ao islamismo como religião. O islamismo é uma doutrina política surgida no século XX, e o islamismo “radical” uma exacerbação do islamismo que visa instaurar, em nome da lei de Deus, um regime teológico-político no lugar dos Estados laicos. Mas o islamismo também remete a uma cultura, assim como as outras religiões. O ortodoxismo e o fundamentalismo designam, no cristianismo, a adesão estrita a uma doutrina. O primeiro termo se aplica ao protestantismo, o segundo, ao catolicismo, mas ambos foram estendidos ao judaísmo e ao islamismo.

conjuntamente, muçulmanos e islamitas – a nazistas, *como sendo menos piores*; mas judeus que também assimilam outros judeus a *piores que árabes*, ou seja, aos maiores assassinos da história, aos genocidas responsáveis pelo que se chama em hebraico *Choah* (Holocausto), catástrofe – o extermínio dos judeus da Europa – tão determinante na fundação do Estado de Israel.³

Se transpusermos os muros, as cercas de arame farpado, as fronteiras, podemos estar certos de topar com a mesma paixão, gerada por extremistas que, embora não representem toda a opinião pública, nem por isso são menos influentes. Do Líbano ao Irã, e da Argélia ao Egito, os judeus, muitas vezes, são tratados aqui e acolá como nazistas ou assimilados a exterminadores do povo palestino. Quanto mais os judeus como um todo são comparados a genocidas pós-colonialistas, adeptos do imperialismo americano, ou a islamofóbicos,⁴ mais uma literatura proveniente da tradição do antissemitismo europeu é consumida: “Os judeus,” dizem eles, “são descendentes dos macacos e dos porcos.” Mais ainda: “Os Estados Unidos foram corrompidos pelos judeus, os cérebros dos americanos foram mutilados pelos cérebros dos judeus. A homossexualidade foi difundida pelo judeu Jean-Paul Sartre. As calamidades que assolam o mundo, as tendências bestiais, a concupiscência e o comércio abominável com animais provêm do judeu Freud, assim como a propagação do ateísmo provém do judeu Marx.”⁵

Num mundo assim, não se hesita em ler *Mein Kampf* [*Minha luta*], *Os Protocolos dos sábios de Sião*, *Les mythes fondateurs de la politique*

³ [Em francês] escreve-se Judeu com letra maiúscula para designar os judeus no sentido da judeidade (que formam um povo) e judeu com letra minúscula para designar os judeus no sentido religioso (os que praticam a religião judaica, ou judaísmo, como os cristãos ou os muçulmanos). [Em português não existe essa distinção vernacular. Por isso, o leitor brasileiro deve ter em mente que o adjetivo “judeu” refere-se ora ao povo, ora aos praticantes do judaísmo. (N.T.)]

⁴ O neologismo “islamofobia” designa uma difamação do islamismo assimilada a um racismo, ao passo que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, segundo a qual nenhum ataque aos direitos de Deus é admissível, vê esse tipo de colocação como uma blasfêmia. Islamofobia, judeofobia, cristianofobia ou, inversamente, judeofilia, islamofilia, cristianofilia ou flossemitismo são neologismos ambíguos a serem utilizados com prudência.

⁵ Cf. “Les racines de l’antisémitisme arabe”, sinopses de jornais, *Courrier International*, fev-mar-abr 2009, número especial, p.12 e 13. E declarações feitas em 2009 contra o sionismo e seus “cúmplices” pelo ulemá egípcio Alla Saïd e depois difundidas pela cadeia de televisão Al-Rahma, em 2 de janeiro de 2009.

israélienne [Os mitos fundadores da política israelense],⁶ em negar a existência das câmaras de gás ou, então, em denunciar pretensos complôs judeus visando dominar o mundo. Qualquer coisa cabe: os jacobinos, os defensores do capitalismo liberal, os comunistas, os franco-maçons, todos são apresentados como agentes dos judeus, como revela, por exemplo, o artigo 22 da Carta do Hamas, num total retrocesso em comparação com a da OLP⁷: “Já faz muito tempo que os inimigos [os judeus] têm feito e adotado planos para chegar aonde chegaram Com dinheiro, assumem o controle da mídia mundial, das agências de notícias, jornais, editoras, rádios Estiveram por trás da Revolução Francesa, da Revolução Comunista e da maioria das revoluções de que ouvimos falar, de tempos em tempos, aqui e acolá. Com dinheiro, criaram organizações secretas em todas as partes do mundo para destruir as sociedades e servir aos interesses sionistas, organizações como a franco-maçonomia, os Rotary Clubes, Lions, o B’nai B’rith etc. Com dinheiro, foram capazes de assumir o controle dos Estados colonialistas e foram eles que os instigaram a colonizar várias regiões para explorar suas riquezas e lá espalhar sua corrupção”⁸

Se nos voltarmos agora para o coração da Europa, particularmente para o lado da França, veremos que as ofensas irrompem com a mesma violência. Muitos ensaístas, escritores, filósofos, sociólogos, jornalistas apoiam a causa israelense cobrindo de injúrias aqueles que defendem a causa palestina, que os insultam de volta, uns e outros não parando, aliás, de se tratar reciprocamente de nazistas, negacionistas, antissemitas, racistas. De um lado, os que malham o “Holocausto *business*”, o “Estado sio-

⁶ Os *Protocolos* são um documento forjado em 1903 por um agente da polícia secreta russa, Mathieu Golovinski (1865-1920), destinado a atestar a existência de um pretenso complô fomentado por um grupo de sábios judeus visando exterminar a cristandade. Roger Garaudy, *Les mythes fondateurs de la politique israélienne*, Paris, Samizdat, 1996. Existe uma única edição francesa de *Mein Kampf*, publicada em 1934.

⁷ OLP: Organização para a Libertação da Palestina, cuja Carta, laica, editada em 1964, foi considerada “caduca” em 1989 por Yasser Arafat, fundador em 1959 do Fatah, principal organização de resistência nacional à criação do Estado de Israel. Com essa declaração, Arafat reconhecia a existência desse Estado. Hamas: Movimento de resistência islâmico, originário do ramo palestino dos Irmãos Muçulmanos, que negam a existência do Estado de Israel.

⁸ Texto fundador da Carta do Hamas, 1987. Citado por Charles Enderlin, *Le grand aveuglement. Israël et l'irrésistible ascension de l'islam radical*, Paris, Albin Michel, 2009.

nista genocida”, o “nacional-laicismo”, os “collabeurs”⁹, os “judeólatras”, os “jufistas” (judeus sionistas); de outro, os que denunciam os “colabo-esquerdistas-islamo-fascistas-nazistas”.¹⁰

Em suma, o conflito israelo-palestino – vivido como um rompimento estrutural entre os judeus e o mundo árabe-islâmico, mas também como uma clivagem inerente à judeidade dos judeus, ou então como uma ruptura entre o mundo ocidental e o mundo ex-colonizado – passou a ocupar um lugar central em todos os debates entre intelectuais, estejam eles conscientes disso ou não.

E o motivo é compreensível. Depois do extermínio dos judeus pelos nazistas – acontecimento tragicamente fundador de uma nova organização do mundo que resultou na Declaração Universal dos Direitos do Homem e no Estado de Israel na Palestina –, as noções de genocídio e de crime contra a humanidade tornaram-se aplicáveis a todos os Estados do planeta. Consequentemente, e de modo progressivo, o discurso do universalismo dito “ocidental” foi seriamente questionado. Como as nações mais civilizadas da Europa tinham dado origem à maior das barbáries – ou seja, Auschwitz –, passava a ser possível, para todos os povos humilhados pelo colonialismo ou pelas diversas formas de exploração capitalista, bem como para todas as minorias oprimidas (devido a seu sexo, cor da pele ou identidade), contestar os valores de liberdade e de igualdade considerados “universais”. Com efeito, em nome deles os Estados ocidentais haviam cometido o pior e continuavam a reinar sobre o mundo perpetrando crimes e delitos em total contradição com os princípios da Declaração dos Direitos que eles mesmos tinham promulgado.

Assiste-se, assim, a uma nova querela dos universais. Quer nos interessemos pela globalização, pela história do colonialismo e do pós-colonialismo, pela história das chamadas minorias “étnicas” ou “identitárias”, quer nos debrucemos sobre a construção ou a desconstrução das determinações de gênero ou de sexo (homossexualidade, heterossexualidade), ou expressemos a necessidade de estudar o fato religioso ou a dessacralização do mundo, ou tomemos partido da história memorial

⁹ Insulto composto de “colaborador” e “*beur*”, gíria por vezes pejorativa com que os árabes são tratados no norte da África. (N.T.)

¹⁰ Torrentes de ofensas desse tipo, com a conseqüente e inevitável criação de neologismos, são permanentemente veiculadas pela internet.

contra a história acadêmica, começamos sempre nos reportando à questão do extermínio dos judeus como momento fundador de uma possível reflexão sobre os conflitos identitários. Donde uma exacerbação do antissemitismo e do racismo, simultaneamente acompanhada de uma nova reflexão sobre o ser judeu.

Devido às estruturas laicas de suas instituições, a França pareceu por muito tempo estar livre desse tipo de conflito, chegando a fazer sonhar os judeus *asquenazes* de outrora, que moravam na Alemanha, na Rússia ou no Leste europeu: felizes como Deus na França, diziam eles, substancialmente. Um judeu que vivesse na França não seria incomodado pelas preces, ritos, bênçãos e pedidos de interpretação de delicadas questões dietéticas. Cercado por ímpios, também ele poderia relaxar ao cair da tarde, tal como milhares de parisienses em seu café preferido. Poucas coisas são mais agradáveis, mais civilizadas que uma mesa tranquila na calçada à tardinha.

Mas os tempos mudaram depois que o modelo francês da laicidade foi questionado, à medida que o conflito israelo-palestino se tornava uma problemática importante no seio da sociedade civil e que, com o surgimento de reivindicações identitárias e religiosas, a República deparava com dificuldades novas para assimilar imigrantes oriundos de suas ex-colônias. Mais recentemente, parece inclusive tomada pela mania da avaliação das origens, que, desprezando a política, estimula o recenseamento dos sujeitos humanos em função de critérios ditos étnicos, sexuais ou de “pertencimento comunitário”. Essa mania de mensuração talvez não seja mais que um retorno do recalcado, já que a pátria dos direitos do homem, a primeira que emancipou os judeus em 1791, foi a mesma que esteve na origem, por volta de 1850, das primeiras teses antisemitas e depois, em 1940, da traição de seu próprio ideal com a instauração do regime de Vichy.

Retorno à questão judaica, portanto, ou seja, às diferentes maneiras de ser judeu no mundo moderno, depois que, no final do século XIX, o antissemitismo se tornou o motor de uma revolução da consciência judaica. Mas é um retorno histórico, crítico, desapaixonado, num espírito iluminista. Para responder finalmente à seguinte pergunta: quem é antissemita e quem não é? Como contribuir serenamente para libertar o debate intelectual das loucuras, dos ódios e das ofensas manifestados em torno dessas questões?

No primeiro capítulo, “Nossos primeiros pais”, é feita uma distinção clara entre o antijudaísmo medieval (perseguidor) e o antijudaísmo iluminista (emancipador e hostil ao obscurantismo religioso), sem esquecer que muitos hoje gostariam de identificar o segundo com o primeiro para melhor desacreditá-lo: são todos antisemitas, dizem eles, de Voltaire a Hitler. No segundo, “A sombra dos campos e a fumaça dos fornos”, são examinadas as etapas da constituição do antisemitismo europeu, político na França (de Ernest Renan a Édouard Drumont), racial na Alemanha, com Ernst Haeckel. “Terra Prometida, terra conquistada” transporta em seguida o leitor a Viena, onde nasce a ideia sionista, concebida por seus iniciadores (Theodor Herzl e Max Nordau) como uma descolonização de si, pelo mundo árabe como um projeto colonialista e pelos judeus da diáspora como um novo fator de divisão: uma ideia, três reações igualmente legítimas.

Em “Judeu universal, judeu de território”, esse conflito de legitimidades materializa-se num célebre debate entre Sigmund Freud e Carl Gustav Jung. “O genocídio entre memória e negação” volta a examinar as condições nas quais foi instituído, em 1948, um Estado *dos* judeus (Israel) na Palestina, fundação que repercutiu a necessidade não só de constituir uma memória judaica do Holocausto, como de julgar Adolf Eichmann em Jerusalém num processo a respeito do qual se opuseram duas grandes figuras da judeidade moderna (Hannah Arendt e Gershom Scholem), enquanto se instalava subterraneamente na Europa a ideia de que o genocídio seria uma invenção dos judeus. No meio do caminho, são analisadas as tomadas de posição dos intelectuais sobre a questão do pós-Auschwitz, de Jean-Paul Sartre a Maurice Blanchot, passando por Theodor Adorno, Pierre Vidal-Naquet e Jacques Lacan: o que dizer, o que fazer, o que pensar, como redefinir a identidade judaica?

“Um grande delírio devastador”: é sob essa forma que é apresentado aqui o negacionismo, discurso “lógico” construído como enunciado de uma verdade delirante que falsifica a verdade e ao qual Noam Chomsky, linguista das estruturas insignificantes, acreditou ser conveniente dar um apoio de peso. O último capítulo, “Perfis de inquisidores”, põe em cena processos por antisemitismo abertos por alguns revisionistas com o único intuito de embaralhar as cartas e reduzir o debate sobre a questão judaica a um conflito de legitimidade inscrito no eixo do bem e do mal.